

Praia que deveria ser acessível prende banhistas com deficiência

Moledo é um mau e inesperado exemplo. Instituto Nacional de Reabilitação recebe queixas de todo o país. A maioria prende-se com a falta de cadeira anfíbia e acessos até perto do mar

Ana Peçoto Fernandes
locais@jn.pt

CAMINHA Manuela Rocha, do Porto, marcou 15 dias de férias para o início de agosto em Moledo, Caminha. Escolheu aquela zona balnear, que ostenta a bandeira de "Praia acessível", por causa da mãe de 91 anos que ficou em cadeira de rodas, devido a um AVC. Quando chegou foi a desilusão. No areal, a passeadeira obrigatória para pessoas com dificuldades de locomoção ou outras incapacidades que condicionem a sua mobilidade, ficava a meio, impossibilitando o acesso à água, e a cadeira anfíbia (tiralô) não existia. A disponibilização daquele equipamento é facultativa, mas Manuela Rocha indignou-se face à pouca acessibilidade proporcionada por um destino balnear incluído no programa "Praia acessível - Praia para todos!". A iniciativa resulta de uma parceria estatal entre o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Turismo de Portugal (TP) e obriga a um conjunto de requisitos e recomendação algumas boas práticas (ver caixa).

"A praia tem um bandeira de 'Praia para todos', ora essas praias têm determinados equipamentos desde rampas de acesso, tapetes, ponto de socorro e cadeira anfíbia, pelo menos. Em Moledo não há praticamente nada", queixa-se Manuela. "Levo a minha mãe à praia e tenho as pessoas a dizer, 'deixe que eu ajudo', porque sozinha é difícil e só consigo levá-la até um bocado da praia e nem à beira do mar pode ir", critica. Esta banhista do Porto ocupou parte das férias a contactar as entidades envolvidas no programa para manifestar o seu descontentamento. "É incrível a falta de sensibilidade", lamentou.



Manuela Rocha, do Porto, foi para Moledo a pensar que havia condições para levar a mãe à praia, mas desiluiu-se

"Há muito trabalho ainda a fazer neste campo. Em França é igual", diz ao JN Céline Brousse, uma francesa de férias em Moledo com o marido, paraplégico, em cadeira de rodas, Vincent Pouchain, e uma filha adolescente. Em contrapartida, elogia a ex-

REQUISITOS DE UMA PRAIA ACESSÍVEL

Obrigatórios

Acesso pedonal fácil e livre de obstáculos; estacionamento com lugares reservados de pessoas com deficiência; percursos pedonais acessíveis na praia, interligados e livres de obstáculos; zona com sombras (toldos, barracas); sanitários adaptados; posto de primeiros socorros adaptado; presença de nadador-salvador e informação ao público à entrada da praia e no site do município.

Recomendados

Vestiários, duches, bebedouros e lava pés acessíveis a todos; equipamentos anfíbios para o banho de pessoas com mobilidade reduzida; acolhimento personalizado e orientação de pessoas com deficiência visual; bares acessíveis a todos e atividades lúdicas acessíveis e inclusivas.

a bandeira as praias de Carreço e Amorosa.

12 QUEIXAS EM 2017

Fonte do Instituto Nacional para a Reabilitação declarou ao JN que há queixas de banhistas, principalmente referentes à inexistência ou forma como é disponibilizada a cadeira anfíbia. "Na época balnear de 2017 foram recebidas neste Instituto 12 queixas referentes a 11 praias do litoral: duas no Norte e nove no Algarve", informou.

Específica a mesma fonte que "algumas queixas relacionaram-se com o facto de o percurso acessível dentro da praia se encontrar pontualmente em más condições, ou não ser suficientemente abrangente, terminando longe da linha água". Outras, acrescenta, "dizem respeito ao estacionamento junto à praia, por ser insuficiente, sobretudo em número de lugares reservados para pessoas com deficiência".

CRESCIMENTO

De 49 para 222 bandeiras em 12 anos

De acordo com o Instituto Nacional para a Reabilitação, o Programa "Praia acessível - Praia para todos!", implementado em 2005, tem tido "uma dinâmica de crescimento muito favorável. Das 49 praias iniciais passou-se para 222 em 2017, ou seja, 37% das zonas balneares oficialmente designadas". Fonte oficial daquela instituto reconheceu, no entanto, "que ainda há um longo caminho a percorrer até tornar todas as praias costeiras e interiores portuguesas acessíveis para todos".

Moção pela abertura de unidade de convalescença

Câmara apela à integração na Rede de Cuidados Continuados

CABECEIRAS DE BASTO A Câmara de Cabeceiras de Basto apelou anteontem ao Governo para que diligencie no sentido da integração "imediata" da Unidade de Internamento Pública do concelho na Rede Nacional de Cuidados Continuados de Curta Duração.

Em moção aprovada por unanimidade, o Executivo lembra que em causa está o cumprimento de um despacho conjunto das secretarias de Estado do Orçamento, da Segurança Social e da Saúde, publicado em dezembro de 2017 que determina aquela integração.

"A Câmara considera incompreensível que os superiores interesses dos portugueses em geral e dos cidadãos de Cabeceiras de Basto em particular estejam a ser prejudicados por razões que não se conhecem", lê-se.

JUSTIFICAÇÃO DA ARSN

A Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN) referiu à Lusa que o contrato para a integração na rede de cuidados continuados será celebrado assim que estejam cumpridos os trâmites legais. Diz a ARSN que "o concelho de Cabeceiras de Basto já dispõe de duas unidades com as quais os ministérios da Saúde e da Solidariedade e Segurança Social têm protocolos celebrados no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, nas tipologias de média duração e reabilitação (30 camas) e de longa duração e manutenção (31 camas) o que, em termos de cobertura por NUT, é 87%".

Na moção, a Câmara refere que, enquanto não é dado cumprimento ao despacho, a unidade de internamento "continua a ser apenas" uma unidade de retaguarda do Hospital de Guimarães e "subaproveitada", dado que tem em funcionamento apenas oito camas, quando o que está previsto são 11.